

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar, sala 01, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.798.096/0001-73, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.411.960, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Emissora ("Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidoras,

(c) **EBT – EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.110.981/0001-18, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.215.661.035, neste ato representada na forma de seu contrato social ("EBT");

(d) **S3 OPERADOR PORTUÁRIO LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar, CEP 01452-

JUCESP
30 09 14

001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.116.357/0001-19, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.224.444.416, neste ato representada na forma de seu contrato social ("S3 Operador Portuário");

(e) **AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Ilha de Barnabé, S/N, Docas, CEP 11095-700, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.272.637/0001-98 com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.182.481, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Ageo Norte" e, em conjunto com EBT e S3 Operador Portuário, "Garantidoras Pessoas Jurídicas");

(f) **CINARA RUIZ**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15.353.910-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 023.371.248-86, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 19º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001 ("Cinara"); e

(g) **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTIAGO**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.600.362-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.360.038-80, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Fernandes Coelho, 64, 9º andar, conjunto 91 ("Carlos" e, em conjunto com Cinara, "Garantidores Pessoas Físicas", sendo estas em conjunto com as Garantidoras Pessoas Jurídicas, as "Garantidoras"),

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2014 ("AGE"), na qual foram

JUCESP
30 09 14

deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.2. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.2.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. Registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1 A Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.3. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.3.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Jornal "Diário do Comércio e Indústria" em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

JUCESP
30 09 14

2.4. Registro da Escritura de Emissão

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 10 (dez) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregue 1 (uma) via original do respectivo documento registrado ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados da data de disponibilização do referido documento registrado pela JUCESP.

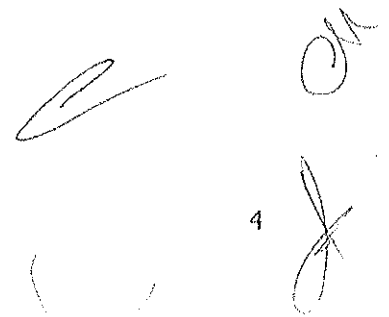
2.4. Caso a Emissora não providencie o registro previsto neste item 2.4.1., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros, desde que devidamente comprovados, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

2.5. Registro para Colocação e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.5.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.3. Não obstante o descrito no item 2.5.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.9.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, dos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.



Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.

JUCESP
30 09 14

2.6. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.6.1. A prestação da garantia fidejussória pela EBT, nos termos do item 4.17. abaixo, foi aprovada na Reunião de Sócios da EBT realizada em 18 de setembro de 2014, cuja ata será registrada na JUCESP.

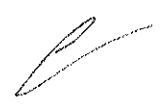


2.6.2. A prestação da garantia fidejussória pela S3 Operador Portuário e pela Ageo Norte não depende de nenhuma aprovação societária específica, nos termos de seus atos constitutivos. Em razão disso, e tendo em vista que as demais Garantidoras são pessoas físicas, não há necessidade de outras aprovações societárias, exceto pela prevista no item 2.6.1. acima.

2.7. Constituição da Garantia Fidejussória

2.7.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos do item 4.17. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, em até 10 (dez) dias contados da data da respectiva assinatura, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.7.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.7.3. Caso a Emissora não providencie o registro previsto neste item 2.7.1., o Agente Fiduciário poderá promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros, desde que devidamente comprovados, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

  
5

CODESP
30 09 14

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social




3.1.1. A Emissora tem por objeto social e propósito específico a prestação de serviços de armazéns gerais, cargas e descargas de caminhões, vagões, navios, entamboramentos, operação portuária e demais serviços portuários ou correlatos às movimentações de produtos líquidos a granel e o desenvolvimento das atividades necessárias à exploração de Instalação Portuária, na qualidade de Operadora Portuária, em área de aproximadamente de área, sob administração da CODESP de 59.901,68 m² (cinquenta e nove mil e novecentos e um metros quadrados e sessenta e oito centímetros quadrados), situada na Ilha Barnabé, na Margem Esquerda do Porto de Santos, sob administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, nos termos do contrato de arrendamento nº DP/10.2001, celebrado em 23 de fevereiro de 2001 e Primeira Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato DP/10.2001, celebrada em 25 de março de 2002, Segundo Aditamento ao Contrato DP/10.2001, celebrado em 19 de outubro de 2006, Terceiro Aditamento ao Contrato DP/10.2001, celebrado em 10 de março de 2010, Quarto Aditamento ao Contrato DP/10.2001, celebrado em 10 de setembro de 2011 e Quinto Aditamento ao Contrato DP/10.2001, celebrado em 24 de outubro de 2011, para exploração de instalação portuária, ficando vedada a prática de quaisquer atos estranhos às atividades objeto do contrato e aditamento supra referido, podendo ainda operar a atividade de armazéns gerais.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").




6

30/09/14

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures ("Debêntures").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o pagamento da dívida existente, incluindo o pré-pagamento integral até a data da liquidação financeira das Debêntures do contrato número ITANY03340/1 assinado entre o Itaú Unibanco S.A. e a Emissora em 2 de setembro de 2011.

3.6. Número da Emissão

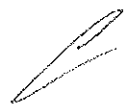

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente).

3.9. Colocação

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder o "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

 
7

DUPLICATA
30/09/14

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures ("Debêntures").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o pagamento da dívida existente, incluindo o pré-pagamento integral até a data da liquidação financeira das Debêntures do contrato número ITANY03340/1 assinado entre o Itaú Unibanco S.A. e a Emissora em 2 de setembro de 2011.

3.6. Número da Emissão

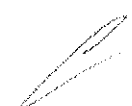
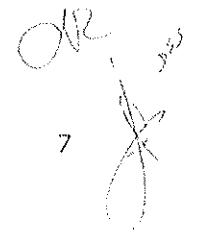
3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente).

3.9. Colocação

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder o "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

 
7

EXCEP
30 09 14

3.9.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição") e no Contrato de Distribuição. Os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.9.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.9.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Terceira.

3.9.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.9.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

DUCESP
30 09 14

3.9.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional na forma de fiança prestada pelas Garantidoras, conforme descrita no item 4.17. abaixo.

4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, ou pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme o caso, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

DUCE SP
30 09 14

4.5.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento").

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, com período de carência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão ("Período de Carência"), sendo a primeira parcela devida, portanto, em 18 de setembro de 2016, e a última na Data de Vencimento conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1ª	18 de setembro de 2016	7,69%
2ª	18 de dezembro de 2016	7,69%
3ª	18 de março de 2017	7,69%
4ª	18 de junho de 2017	7,69%
5ª	18 de setembro de 2017	7,69%
6ª	18 de dezembro de 2017	7,69%
7ª	18 de março de 2018	7,69%
8ª	18 de junho de 2018	7,69%
9ª	18 de setembro de 2018	7,69%
10ª	18 de dezembro de 2018	7,69%
11ª	18 de março de 2019	7,69%
12ª	18 de junho de 2019	7,69%
13ª	18 de setembro de 2019	Saldo do Valor Nominal Unitário

DUCE SP
30 09 14

4.8. Remuneração

4.8.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.8.2. Remuneração. Sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Incidirão, a partir da data da primeira integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"), juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra group*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

4.8.2.1. A Remuneração será acumulada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.8.2.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde,

J = valor da Remuneração devida a cada uma das Debêntures ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da

JUCESP
30 09 14

seguinte forma:

$$\mathbf{FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)}$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{100}{252}} \right] \right\}$$

onde,

DUCESP
30 09 14

spread = 2,78 (dois inteiros e setenta e oito centésimos); e

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.8.2.3. Período de Capitalização. Para fins da Remuneração, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), nos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do efetivo pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8.2.4. Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$, é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.8.2.5. Observado o disposto na Clausula 4.8.2.6 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI-Over não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e/ou Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

DUCE SP
30 09 14

4.8.2.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI-Over"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do Evento de Ausência da Taxa DI-Over, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo e de boa fé com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época e que reflita remuneração semelhante à Remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI-Over, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral dos Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI-Over, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

4.8.3. Data de Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 18 de dezembro de 2014 e os demais no dia 18 dos meses de março, junho, setembro e dezembro subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou, conforme aplicável, na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão).

JUCESP
30 09 14

4.8.4.1. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.5. Saldo do Valor Nominal Unitário. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o (i) Valor Nominal Unitário, caso o Valor Nominal Unitário não tenha sido amortizado, ou o (ii) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização ou Data de Amortização Extraordinária, conforme o caso.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.10.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, quando aplicável, conforme Cláusula Oitava abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, nos termos dos itens 2.4.1. e 2.7.1 acima.

4.11. Forma e Local de Pagamento

4.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12. Prorrogação dos Prazos

4.12.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP,

JUCESP
30 09 14

qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, aos seguintes ("Encargos Moratórios"): (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.15. Publicidade

4.15.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Diário do Comércio e Indústria, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.aterminais.com.br). Caso altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

JUCESP
30 09 14

4.16. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.17. Fiança das Garantidoras

4.17.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, as Garantidoras prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir ("Fiança").

4.17.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme aplicáveis, bem como indenizações, custos ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura ("Valor Garantido").

4.17.3. O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a qualquer das Garantidoras notificando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive quando da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula Quinta abaixo, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

JUCESP
30 09 14

4.17.4. As Garantidoras declaram que são legalmente capazes e estão aptas a prestar a Fiança, e expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil") e artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.17.5. As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que as Garantidoras obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.17.6. O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o pagamento integral por qualquer das Garantidoras, que deverá ser realizado no prazo mencionado no item 4.17.3 acima.

4.17.7. Todo e qualquer pagamento realizado pelas Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam das Garantidoras os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora.

4.17.8. A notificação mencionada no item 4.17.3. acima deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

4.17.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até que os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e as Garantidoras.

4.17.10. As Garantidoras poderão efetuar o pagamento do Valor Garantido, independentemente

JUCESP
30 09 14

do recebimento da notificação a que se refere o item 4.17.3. acima.

4.17.11. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.18. Amortização Extraordinária

4.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária").

4.18.2. A Emissora deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, a data pretendida para a realização da Amortização Extraordinária por meio de comunicação individual endereçada a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, ou aviso publicado nos termos do item 4.15. acima, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o pagamento aos Debenturistas ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente; (iii) o valor a ser pago pela Amortização Extraordinária, o qual deverá ser calculado conforme previsto nos itens 4.18.3 abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária").

4.18.3. O Valor da Amortização Extraordinária será correspondente à parcela do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente, acrescido (i) da Remuneração, calculada desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária, *pro rata temporis*, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, *pro rata temporis*, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão até a data da efetiva amortização, (os itens (i) e (ii), em conjunto, o "Valor da Amortização Extraordinária"), e (iii) de um prêmio *flat* aplicado sobre Valor da Amortização Extraordinária, conforme tabela abaixo:

30 SEP
30 09 14

Data de Amortização Extraordinária	Valor do Prêmio (%)
Entre a Data de Emissão (exclusive) até 18 de setembro de 2015 (inclusive)	1,00%
De 18 de setembro de 2015 (exclusive) até 18 de setembro de 2016 (inclusive)	0,80%
De 18 de setembro de 2016 (exclusive) até 18 de setembro de 2017 (inclusive)	0,60%
De 18 de setembro de 2017 (exclusive) até 18 de setembro de 2018 (inclusive)	0,50%
De 18 de setembro de 2018 (exclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,40%

4.18.4. Caso após a realização de uma Amortização Extraordinária, o Saldo do Valor Nominal Unitário se torne inferior a 2% (dois por cento) do Valor Total de Emissão, conforme apurado pelo Agente Fiduciário e validado pela Emissora, a Emissora não poderá realizar outra Amortização Extraordinária, devendo, se o desejar, realizar o Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, nos termos do item 4.19 abaixo.

4.19. Resgate Antecipado

4.19.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo após Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, sendo vedado o seu resgate parcial, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado"), por meio de comunicação individual enviada pela Emissora aos Debenturistas detentores da totalidade das Debêntures em Circulação, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data prevista para o efetivo resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas ("Data de Resgate Antecipado"); (b) o valor a ser pago pelo Resgate Antecipado, o qual deverá ser calculado conforme previsto nos itens 4.19.2 e 4.19.3. abaixo; e (c) todas as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

4.19.2. Resgate Antecipado. O Resgate Antecipado das Debêntures será realizado mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, *pro rata temporis*, conforme o

DUCE SP
30 09 14

caso, até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão até a data do efetivo resgate, (os itens (i) e (ii), em conjunto, o "Valor do Resgate Antecipado"), e (iii) de um prêmio *flat* aplicado sobre Valor do Resgate Antecipado, conforme tabela abaixo:

Data de Resgate Antecipado	Valor do Prêmio (%)
Entre a Data de Emissão (exclusive) até 18 de setembro de 2015 (inclusive)	1,00%
De 18 de setembro de 2015 (exclusive) até 18 de setembro de 2016 (inclusive)	0,80%
De 18 de setembro de 2016 (exclusive) até 18 de setembro de 2017 (inclusive)	0,60%
De 18 de setembro de 2017 (exclusive) até 18 de setembro de 2018 (inclusive)	0,50%
De 18 de setembro de 2018 (exclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	0,40%

4.19.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis de sua realização. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate Antecipado deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado.

4.20. Aquisição Facultativa

4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

DUCEP
30 09 14

Cláusula Quinta – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens 5.2. a 5.5. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento dos valores devidos e apurados conforme o item 5.4 abaixo, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) não pagamento, pela Emissora e/ou Garantidoras, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, por período superior a 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, desde que não sanadas no prazo de cura específico, caso haja, ou em não havendo prazo de cura específico, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis do referido descumprimento;
- (c) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- (d) inadimplemento, observado o prazo de cura aplicável nos respectivos instrumentos, de obrigações pecuniárias da Emissora, das Garantidoras e/ou de quaisquer das Sociedades EBT, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora e/ou as Garantidoras comprovarem, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável para as respectivas obrigações (se o período for superior a este prazo acima mencionado), que referido não pagamento: (i) foi sanado; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e) inadimplemento, observado o prazo de cura aplicável nos respectivos instrumentos, de obrigações pecuniárias da Emissora, das Garantidoras e/ou de quaisquer das Sociedades EBT, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, firmados com qualquer dos Debenturistas, ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico ou fundo gerido ou administrado por sociedade pertencente ao seu grupo econômico;

DUCESP
30 09 14

- (f) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, das Garantidoras e/ou de quaisquer das Sociedades EBT, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas;
- (g) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, das Garantidoras e/ou de quaisquer das Sociedades EBT, decorrentes de quaisquer dívidas e/ou outros instrumentos de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, firmados com qualquer dos Debenturistas, ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico ou fundo gerido ou administrado por sociedade pertencente ao seu grupo econômico;
- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, as Garantidoras e/ou quaisquer das Sociedades EBT), em montante unitário ou agregado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados de comunicação escrita que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas pela Emissora, Garantidoras e/ou pelas referidas sociedades, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (i) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, as Garantidoras Pessoas Jurídicas e/ou quaisquer das Sociedades EBT, que, em conjunto ou isoladamente, resulte(m) em obrigação de pagamento de montante unitário ou agregado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, para as quais não tenha sido estabelecida provisão específica para pagamento;
- (j) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou o pedido, por terceiros, de falência ou insolvência civil, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela(s) ou decretado contra a Emissora, as Garantidoras e/ou quaisquer das Sociedades EBT, no caso de pedido de falência requerido por terceiro, desde que não seja elidido dentro do prazo legal;

DUCEAP
30 09 14

- (k) falecimento ou interdição de qualquer um dos Garantidores Pessoas Físicas, sem que haja a indicação de outros garantidores, aprovados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (l) mudança do controle societário direto e/ou indireto da Emissora, das Garantidoras Pessoas Jurídicas e/ou quaisquer das Sociedades EBT, exceto (i) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, sendo que, em qualquer hipótese, a nova controladora deverá também ser adicionada como Garantidora das Debêntures; ou (ii) se a nova controladora for sociedade cujo controle societário seja exercido, direta ou indiretamente por Cinara;
- (m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, as Garantidoras Pessoas Jurídicas e/ou quaisquer das Sociedades EBT exceto (i) se previamente aprovadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão; ou (ii) se, sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, quando aplicável, forem realizadas entre empresas cujo controle societário seja exercido, direta ou indiretamente por Cinara, e desde que a Emissora e a Ageo Norte e S3 Operador Portuário mantenha a EBT como sua sócia majoritária, não sendo permitida a cisão, incorporação ou fusão da S3 Operador Portuário, da Ageo Norte e da Emissora;
- (o) declaração de nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Fiança, ou ocorrência de fato que torne a Fiança inválida nos termos da lei, por decisão judicial transitada em julgado, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (p) alteração do atual objeto social disposto no ato constitutivo da Emissora e/ou das Garantidoras Pessoas Jurídicas, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela(s) praticadas;

DUCESP
30 09 14

- (q) deliberação ou distribuição, pela EBT, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu ato constitutivo que exceda o que for maior entre (i) o dividendo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido consolidado da EBT, calculado com base nas demonstrações financeiras de encerramento do exercício auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM e conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) o valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais);
- (r) prestação, pela Emissora, pela Ageo Norte e pela S3 Operador Portuário, de garantias reais a outras dívidas, bancos ou instituições financeiras, sem a autorização prévia dos Debenturistas, salvo nas seguintes situações: (i) garantias já existentes na Data de Emissão; (ii) linhas de crédito diretas ou indiretas de bancos oficiais, de desenvolvimento e/ou fomento, incluindo, mas não limitado, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste; e (iii) garantias dadas a terceiros, desde que a garantia prestada ou equivalente seja compartilhada em favor dos Debenturistas na mesma proporcionalidade, sendo esta calculada pela divisão do valor da garantia a ser constituída pelo valor do saldo devedor do principal da dívida a ser contratada;
- (s) manter as obrigações de pagamento assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, pelo menos, em condição de igualdade (*pari passu*) em relação às outras dívidas quirografárias da Emissora, exclusivamente no que se refere à prioridade de pagamento, em caso de concurso de credores, sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (t) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita no item "3.5 – Destinação dos Recursos" acima;
- (u) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras no âmbito da Emissão;
- (v) revelarem-se incorretas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras no âmbito da Emissão;

JUCESP
30 09 14

- (w) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (x) redução do capital social da Emissora nas hipóteses previstas no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em circulação;
- (y) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, das Garantidoras Pessoas Jurídicas e/ou quaisquer das Sociedades EBT, resultando em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora, as Garantidoras Pessoas Jurídicas e/ou quaisquer das Sociedades EBT; e
- (z) a não manutenção, pela EBT do índice financeiro calculado pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, conforme apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da EBT auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, acima de (i) 3,0 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e (ii) 2,5 para os exercícios sociais subsequentes.

Para fins desta Escritura de Emissão, são adotadas as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida": endividamento oneroso total composto por Empréstimos e Financiamentos (no Passivo Circulante e no Passivo não Circulante) e Debêntures (no Passivo Circulante e no Passivo não Circulante), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes e aplicações financeiras (no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo);

"EBITDA": representa o lucro operacional consolidado, de acordo com as regras contábeis vigentes, antes dos impostos e contribuições sociais, despesas financeiras, depreciação e amortização no período, excluindo do cálculo: (a) ganhos ou perdas extraordinárias, (b) receitas financeiras, (c) ganho ou perda com venda de propriedade, (d) receitas ou despesas relacionadas à venda ou compra de imóvel, (e) qualquer item sem efeito caixa deduzido ou somado ao cálculo do lucro antes dos impostos, incluindo ganho ou perda com variação cambial correção monetária sobre empréstimos, (f) qualquer receita ou despesa relacionada à variação cambial ou correção monetária, e (g) qualquer receita ou despesa não relacionada com a principal atividade da credora, incluindo, mas não limitado

DUCE SP
30 09 14

a honorários advocatícios e serviços de consultoria no valor de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano, ocorridas até o exercício findo em 2017;

"Impacto Adverso Relevante": os impactos adversos nas atividades de qualquer das Garantidoras Pessoas Jurídicas e das Sociedades EBT que afetem a sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sejam decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures; e

"Sociedades EBT": Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A., Alterberg Terminais e Armazéns Gerais Ltda., Guarapá Terminais e Armazéns Gerais Ltda., Santorini Terminais e Armazéns Gerais Ltda. e SP 8 – Serviços de Operação Portuária Ltda.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "m", "n", "o", "q", "t", "u", "w" e "x" do item 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das referidas alíneas.

5.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas, que não as mencionadas no item 5.2. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava abaixo, que poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

5.3.1. Na hipótese (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3. por falta de quórum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 5.3. pelo quórum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.4. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das referidas Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*,

00053P
30 09 14

desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, acrescido dos Encargos Moratórios, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde que devidamente comprovados.

5.5. O pagamento dos valores mencionados no item 5.4. acima será realizado pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 5.5. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.6. Os valores mencionados nas alíneas "d", "f", "h", "i" e "q" acima serão reajustados ou corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ("IGP-M"), desde a Data de Emissão até a data de verificação das hipóteses previstas nas referidas alíneas.

Cláusula Sexta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoavelmente solicitadas, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a realização da Emissão ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades ou omissões relativas a tais informações;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada

DUCE SP
30 09 14

para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora, a critério da Emissora;

- (c) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.1. acima, no prazo de 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
- (d) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (e) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, submetendo-as à revisão de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (i) enviar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo para divulgação previsto na alínea (h) acima, (i) as referidas demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de

DUCEAP
30 09 14

descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (j) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- (n) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (o) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo, mas não se limitando, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;

DUCE SP
30 09 14

- (q) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (r) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (s) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento; e
- (t) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.

6.2. Cada uma das Garantidoras está adicionalmente obrigada a:

- (a) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado indicada no item 5.1. acima;
- (b) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento, enviar cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida e que seja relacionada a qualquer hipótese de vencimento antecipado indicada no item 5.1. acima;
- (c) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de qualquer das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

JUCESP
30 09 14

- (d) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (e) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da respectiva solicitação, prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;
- (g) exclusivamente para a EBT, enviar ao Agente Fiduciário suas referidas demonstrações financeiras, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do índice financeiro, dentro do prazo de até 105 (cento e cinco dias) da data do encerramento do exercício social;
- (h) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (i) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento, na medida em que lhes sejam aplicáveis.

6.2.1. As obrigações listadas neste item 6.2, quando cumpridas por qualquer das Garantidoras, em nome próprio e por conta e ordem das demais Garantidoras, deverão ser automaticamente consideradas cumpridas em relação às demais Garantidoras, com exceção do disposto nos itens (f) e (i), hipóteses em que o cumprimento deverá ocorrer de forma individual.

Cláusula Sétima – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

DUCE SP
30 09 14

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com

JUCESP
30 09 14

força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário"), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.4.1. As parcelas citadas no item 7.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M ("IGP-M"), ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário.

7.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

7.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

JUCESP
30 09 14

7.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.4.6. A remuneração prevista nas cláusulas acima não inclui as despesas com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.4.7 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoavelmente incorridas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.4.8 O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter quaisquer das despesas por ele incorridas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando àquelas descritas nos itens 7.4.6 e 7.4.7 acima, reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente por ela aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de

JUCESP
30 09 14

bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação, às expensas da Emissora;

JUCESP
30 09 14

- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que justificada, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, nos termos desta Escritura de Emissão, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (I) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (II) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (III) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (IV) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (V) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (VI) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da *emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;*
 - (VII) relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;

JUCESP
30 09 14

- (VIII) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (IX) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (A) denominação da companhia ofertante;
 - (B) valor da emissão;
 - (C) quantidade de debêntures emitidas;
 - (D) espécie;
 - (E) prazo de vencimento das debêntures;
 - (F) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (G) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (X) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (I) divulgar as informações referidas no item (IX) do inciso (k) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (k) acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (I) na sede da Emissora;

30/09/14

- (II) na sede do Agente Fiduciário;
 - (III) na CVM;
 - (IV) na CETIP; e
 - (V) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais de publicação da Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

JUCESP
30 09 14

- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website* o valor nominal unitário das Debêntures, conforme calculado pelo Agente Fiduciário; e
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

7.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que (i) criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles e/ou (ii) relacionados ao devido cumprimento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à

JUCESP
30 09 14

Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do índice financeiro.

7.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.11.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

7.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez inteiros por

30/09/14

cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

7.12.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.12.2. É facultado aos Debenturistas após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.12.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrada nos termos desta Escritura de Emissão.

7.12.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.15. acima.

7.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

DUEBSP
30 09 14

Cláusula Oitava – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez inteiros por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Oitava, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

8.6.1. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

DUCE SP
30 09 14

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico; (ii) perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.1. acima; (iii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Oitava; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Sexta; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sétima; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Oitava.

8.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) alteração de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.1. acima; e/ou (v) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

DUCEP
30 09 14

Cláusula Nona – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

9.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

DUCE SP
30 09 14

- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (g) está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (n) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas

DUCEP
30 09 14

atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;

- (o) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e
- (p) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades; e
- (q) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora, pelas Garantidoras Pessoas Jurídicas ou pelas Sociedades EBT.

9.2. Cada uma das Garantidoras Pessoas Jurídicas, individual e não solidariamente, neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado ou sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições, e não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultará em (i)

DUCE SP
30 09 14

vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;

- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) todas as declarações e garantias a ela relacionadas que constam desta Escritura de Emissão são verdadeiras, corretas consistentes e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada;
- (i) que seja do seu conhecimento, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

DUCE SP
30 09 14

- (l) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora, pelas Garantidoras Pessoas Jurídicas ou pelas Sociedades EBT; e
- (m) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente.

9.3. Cada uma das Garantidoras Pessoas Físicas, individual e não solidariamente, neste ato declara e garante que:

- (a) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (b) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (c) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão a seu respeito e em relação à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada;
- (d) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (e) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração

DUCE SP
30 09 14

da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar, sala 01

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Else Monteiro / Karina Carregosa / Renato Abbondati

Telefone: (11) 3046.5699

E-mail: else.monteiro@ageoterminals.com.br, karina.carregosa@ageoterminals.com.br e renato.abbondati@ageoterminals.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102 At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para as Garantidoras:

Se para a EBT:

EBT – EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

DUCE SP
30 09 14

At.: Else Monteiro / Karina Carregosa / Renato Abbondati

Telefone: (11) 3046.5699

E-mail: else.monteiro@ageoterminals.com.br, karina.carregosa@ageoterminals.com.br e renato.abbondati@ageoterminals.com.br

Se para a S3:

S3 OPERADOR PORTUÁRIO LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 19º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Else Monteiro / Karina Carregosa / Renato Abbondati

Telefone: (11) 3046.5699

E-mail: else.monteiro@ageoterminals.com.br, karina.carregosa@ageoterminals.com.br e renato.abbondati@ageoterminals.com.br

Se para a Ageo Norte:

AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Ilha de Barnabé, S/N, Docas

Santos, SP

CEP 11095-700

At.: Else Monteiro / Karina Carregosa / Renato Abbondati

Telefone: (11) 3046.5699

E-mail: else.monteiro@ageoterminals.com.br, karina.carregosa@ageoterminals.com.br e renato.abbondati@ageoterminals.com.br

Se para Cinara Ruiz:

At.: Cinara Ruiz

Telefone: (11) 3046.5699

E-mail: telma.almeida@ageoterminals.com.br e solange.hoffman@ageoterminals.com.br

Se para Carlos Alberto de Oliveira Santiago:

At.: Carlos Alberto de Oliveira Santiago

Telefone: (11) 3339.2000

E-mail: telma.almeida@ageoterminals.com.br e solange.hoffman@ageoterminals.com.br

Para o Banco Liquidante:

DUCE SP
30 09 14

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha
São Paulo, SP
CEP 04311-000
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
São Paulo, SP
CEP 04538-132
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.2.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

DUCE SP
30 09 14

Cláusula Onze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.7. Desde que devidamente comprovados, correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços, bem como aqueles relacionados às Debêntures.

JUCESP
30 09 14

Cláusula Doze – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras, em 7 (sete) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de setembro de 2014

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

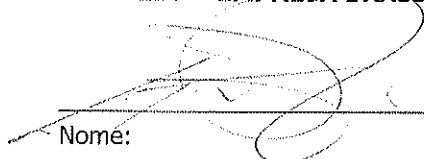
Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

EBT – EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.



Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

S3 OPERADOR PORTUÁRIO LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

DUCE SP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Nome:

Cargo:

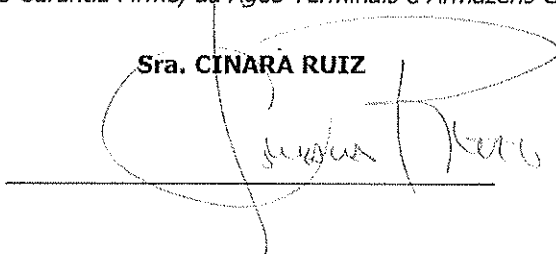
Nome:

Cargo:

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminals e Armazéns Gerais S.A.

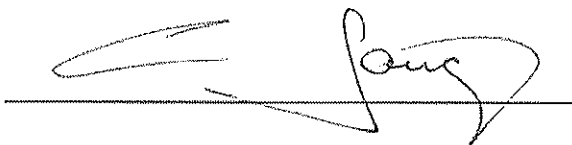
Sra. CINARA RUIZ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cinara Ruiz', is written over a horizontal line. The signature is stylized with a large, sweeping initial 'C'.

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.


Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTIAGO


A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos', is written over a horizontal line.

JUCESP
30 09 14

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Ageo Terminais e Armazéns Gerais S.A.

Testemunhas

1. 
Nome: ANDRÉA RADI BELICUAS
CPF: RG 22.943.800-3
RG: CPF 116.831.198-61

2. 
Nome: DIEGO DOS SANTOS DE SILVA
CPF: 382.474.418-52
RG: 26.664.342-5

